

O MOVIMENTO DOS SEM TERRA E SUA SIGNIFICAÇÃO

Prof. Dr. Manuel Correia de Andrade
Universidade Federal de Pernambuco
Fundação Joaquim Nabuco
correia@fundaj.gov.br

RESUMO

O presente artigo analisa a questão da terra no Brasil, desde o período colonial até o surgimento do MST, ressaltando seus enfrentamentos e conquistas. Tratando do MST, em sua luta pela Reforma Agrária, indica quadro quantitativo e qualitativo relacionados às ocupações de terra no Brasil e aos assentamentos rurais implantados nas últimas décadas do século XX. Desta forma, apresenta o MST, associado a outros movimentos, como modelo compatível com a reformulação de uma realidade desigual de distribuição de terra adotada pelo colonizador e mantida pela elite dominante e autoridades com ela coniventes.

Palavras chave: MST, Reforma Agrária, Ocupações, Assentamentos rurais.

ABSTRACT

The article analyzes the problematic of land in Brazil, from the colonial period until the apparition of the “MST”, in the 20 th century, showing its read and conquests. Taking in account the “MST”, in its batle for agrariam reforms and farming sitting, it indicates a quantitatif setting and qualitative bound to the occupancy of land in Brazil. Of this way, it presents the “MST”, bound to other movements, as the compatible model with the reformulation of an unequaled reality of land employee distribution, started by the colonizer and continued by the economic, political and legal authorities and dominating elite.

Key words: “MST”, agrarian reform, works, farming sitting.

A Questão da Terra no Brasil

O Brasil é marcado por sua condição de país colonizado pelo europeu, no início da Idade Moderna; em consequência, o modelo nele implantado, pelo colonizador, no espaço que foi ocupando e no território produzido, foi o de organizar uma área de produção para o mercado europeu, de formar uma sociedade voltada para o exterior. De colônia de exploração foi se tornando colônia de povoamento, mas com uma economia sempre voltada para o mercado externo. Daí o complexo colonial, ainda hoje dominante no Brasil, de que devemos produzir para exportar e só, secundariamente, para abastecer o mercado interno.

Para isto, o colonizador português foi destruindo, paulatinamente, as nações indígenas e substituindo os nativos por negros trazidos da África, formando um mercado de mão-de-obra que, segundo alguns autores (Alencastro, 2000), foi o alicerce da nacionalidade. Não tendo encontrado aqui uma civilização evoluída que pudesse alimentar um comércio intenso com a Metrópole, nem oferecesse riquezas a saquear, os portugueses iniciaram a exploração da terra com a apropriação de produtos naturais, vegetais e animais – pau-brasil, âmbar gris, aves de belas plumagens, várias espécies de madeiras de lei. Em seguida partiram para a exploração agrícola, com a fundação das primeiras “plantations”, dedicadas à produção de açúcar de cana.

Era uma exploração tipicamente capitalista em que o governo concedia a posse da terra a colonos ricos que dispusessem de condições para explorar os seus imensos lotes e defendê-los dos ataques indígenas e dos piratas. Iniciava-se, desse modo, no Continente Americano, a utilização do sistema das sesmarias, já usado em Portugal, à proporção que os lusitanos conquistavam terras aos mouros. Na sesmaria, o beneficiário da dádiva real ou do donatário da capitania tinha apenas a posse da terra, permanecendo o domínio com o doador, consagrando a grande propriedade no território da colônia em formação.

Para explorar as grandes propriedades os sesmeiros passaram a utilizar mão-de-obra escrava, importada da África, de vez que logo compreenderam que os indígenas não seriam suficientes para atender à demanda. Daí, o emprego de grandes capitais para montar engenhos, adquirir escravos e preparar a terra para a produção; esses recursos eram obtidos na Europa, através de capitalistas judeus e cristãos novos que já acumulavam fortunas em Lisboa e Amsterdã. Celso Furtado (1959) chamava a atenção para o fato de que se iniciava uma fase em que se fazia grandes investimentos na agricultura, além da terra e do trabalho. Mas, para que estas propriedades fossem rentáveis, era necessário que se dedicassem a produtos de alto valor no mercado externo, daí se tornarem monocultoras, fato já salientado por Gilberto Freyre (1933) e Caio Prado Junior (1943).

Começava, assim, uma política que conduzia o mundo ao atual processo de globalização.

O sistema de sesmarias foi utilizado durante três séculos e só em 1822 foi substituído pelo sistema de posse da terra. Este sistema surgiu da preocupação do então ministro, José Bonifácio de Andrade e Silva, com o fato de serem grandes as extensões de terra doadas em sesmarias, ainda subexploradas, e da necessidade de se reconhecer e estimular a ação de agricultores pobres e sem-terras, lusitanos, imigrantes europeus, indígenas aculturados, negros forros etc, que necessitavam possuir terra para cultivar.

O grande estadista, que parecia prever a abolição da escravatura, já pensava, certamente, na necessidade de se formar uma classe de camponeses que cultivassem a terra com produtos destinados ao mercado interno. E, a partir de 17 de julho de 1822, dois meses antes do famoso grito do Ipiranga, era suspensa a concessão de sesmarias no Brasil (Nóvoa, 2000). A partir daí, o proprietário formava sua propriedade com as terras devolutas e com a sua exploração; essas terras, porém, tinham bem menor extensão e prestígio econômico do que as velhas sesmarias. O Império se consolidou através de uma política conservadora, desenvolvida por funcionários, comerciantes e proprietários de terra e de escravos, reprimindo, durante o Primeiro Reinado e o Período Regencial, as revoltas das classes menos favorecidas, que se viram frustradas com a Independência, que fora feita pelas elites. Ainda assim, o precário sistema da aquisição de propriedades, pela posse da terra, manteve-se até 18 de setembro de 1850, quando se compreendeu a aproximação do momento em que se teria que abolir a escravidão e se deveria possibilitar a formação de propriedades adquiridas por compra e a formação de uma mão-de-obra assalariada e livre. Para isto, as terras devolutas seriam vendidas pelo governo a preços relativamente altos, forçando os imigrantes a trabalharem como assalariados, antes de poderem se tornar proprietários, e dificultar o acesso a esta condição, aos pobres e aos escravos libertos ou alforriados. Com este sistema, criava-se a dificuldade do acesso do pequeno produtor à propriedade da terra e se mantinha a garantia ao latifundiário, tanto de sua propriedade como também de uma mão de obra barata.

Havia, portanto, um retrocesso em relação ao sistema dominante no período 1822/50, e se consolidavam o poder e a importância do latifúndio na agricultura brasileira; importância e poder até hoje mantidos, apesar da luta permanente dos grupos pobres do meio rural brasileiro, para terem acesso à propriedade da terra.

A luta pela terra no período colonial

Os indígenas e os negros, porém, não foram passivos diante do sistema que os expropriava e os escravizava. Toda a história brasileira é um testemunho da resistência indígena à dominação portuguesa e de defesa de suas terras, apesar de esta ser apresentada, oficialmente, como uma luta de bárbaros que recusavam a civilização e a catequese. Já no século XVI, os tamoios organizaram uma confederação, sob a chefia de Cunhambebe, que enfrentou e pôs em perigo as capitanias de São Vicente e do Rio de Janeiro; e os aimorés, por vários decênios, inviabilizaram as capitanias de Porto Seguro e de Ilhéus. Tanto que, por não terem se desenvolvido, foram, posteriormente, incorporadas à capitania da Bahia de Todos os Santos.

A conquista do sertão do São Francisco, feita pelos Dias d'Ávila, senhores da Casa da Torre, resultou de guerras em que os conquistadores agiram com grande crueldade, decapitando os indígenas adultos vencidos, e reunindo os velhos, as mulheres e as crianças em aldeias dirigidas por missionários (Calmon, s/d). Desta conquista resultou a formação dos maiores latifúndios do Brasil, nos séculos XVII e XVIII, pertencentes a duas famílias senhoriais: os Dias d'Ávila, senhores de mais de 80 léguas de terra nas margens do São Francisco, expandindo-se pelos estados atuais de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, e os Guedes de Brito, donos de terra que se estendiam desde o Morro do Chapéu, na Bahia, até as margens do rio das Velhas, em Minas Gerais (Antonil, s/d).

A resistência indígena ainda pode ser constatada na chamada guerra dos Bárbaros, no Rio Grande do Norte, quando as tribos do Apodi e do Assu se opuseram à implantação de fazendas de gado nas ribeiras onde viviam e dominavam.

A resistência negra foi feita desde a chegada dos primeiros escravos africanos ao Brasil, quando muitos deles fugiam dos engenhos e fazendas e se homiziavam em lugares de acesso difícil, nas montanhas e nas matas. Vestígios e notícias de antigos quilombos são encontrados em todo o Território nacional, tanto nas proximidades do litoral como nos sertões de Minas e Goiás. Mas o que teve maior importância foi o chamado Quilombo dos Palmares, sediado na serra da Barriga, em Alagoas, que chegou a ocupar uma grande área e resistiu por quase um século a várias expedições, enviadas contra ele, só sendo destruído pelas tropas do bandeirante Domingos Jorge Velho (Carneiro, 1958 e Andrade, 1998). Após a liquidação das forças quilombolas, foi eliminado, em luta heróica, o próprio Zumbi dos Palmares. Muitos historiadores vêm se dedicando ao estudo dos movimentos negros no Brasil (Moura, 1972).

A luta pela terra na República

A luta pela terra não se extinguiu nos períodos colonial e imperial, de vez que o Brasil nunca se dispôs a resolver o problema do acesso à propriedade da terra, dando oportunidade aos pequenos produtores. Estes, quando muito, tiveram condições de cultivar terra alheia, pagando “foro” ou “meação” e ficando na inteira dependência do proprietário, que podia despejá-los, sem indenizar suas plantações, a qualquer momento. Daí ter havido no interior do Brasil duas opções de luta camponesa, a individual, entre um produtor e o proprietário, terminada sempre com um assassinato, e a coletiva, entre grupos de camponeses e proprietários.

Rui Facó (1963) afirmava que a opção do sertanejo pobre do Brasil estava entre o cangaço e o fanatismo. O cangaceiro, porém, ficava sempre na dependência de algum fazendeiro ou chefe político poderoso – o coiteiro – e terminava prestando serviços a ele, tornando-se um dependente, o braço armado do latifúndio.

O fanático investia-se de sentimentos religiosos primitivos, adotava uma crença e passava a se bater por ela, acreditando que ali estava a salvação. Alguns movimentos de fanatismo tornaram-se célebres, como o da Pedra Bonita, em Pernambuco, no início do século XIX, o de Canudos, no

sertão da Bahia, nos últimos anos do mesmo século, o do Contestado, no Paraná e Santa Catarina, nas primeiras décadas do século XX e, finalmente, o do beato José Lourenço, no Ceará, nos anos trinta do mesmo século.

Destes movimentos, o mais famoso foi o de Canudos, em face da cobertura jornalística que lhe deu Euclides da Cunha (1933), e que o imortalizou, mostrando a coragem e o destemor com que um grupo de fanáticos enfrentou por vários anos as forças militares e policiais, em investidas sucessivas, até a sua total aniquilação. Canudos, arraial dirigido pelo beato Antônio Conselheiro, formava uma aglomeração de vários milhares de pessoas, onde “fanáticos”, oriundos de várias regiões, desenvolviam atividades comunitárias e formavam uma sociedade camponesa primitiva, como se pode deduzir da leitura de Edmundo Muniz (1987) e Vila (1992). Também Clóvis Moura, em livro recente (2000), procura estabelecer relações entre Canudos e o atual movimento dos Sem-Terra.

No Contestado travou-se uma luta baseada também em fundamentos religiosos, na qual os posseiros resistiram às forças públicas, inclusive ao exército, enviadas contra eles, durante vários anos, de 1912 a 1916, antes que fossem esmagados. Em ambos os casos, as elites ligadas aos proprietários de terra e ao governo foram profundamente violentas com os chamados fanáticos, procurando eliminá-los.

O movimento do beato José Lourenço, discípulo do Padre Cícero, instalou uma comunidade camponesa em fazenda de propriedade do próprio padre, fazendo a exploração coletiva da terra; nela, a repressão foi feita com uma crueldade impressionante, usando as forças legais, ligadas à polícia cearense, até aviões para bombardear casas e plantações dos camponeses pobres. Temiam que a exploração comunitária viesse a criar problemas de mão-de-obra aos fazendeiros da região que exploravam os sistemas, classificados pelo Código Civil como de parceria.

Apesar da dureza da repressão, quando trabalhadores rurais, quer fossem moradores, semi-assalariados, pequenos produtores ou posseiros (Andrade, 1998), se revoltavam, havia sempre líderes, ora de maior ora de menor influência, e adeptos que se reuniam e punham em choque a ordem estabelecida.

Lutas camponesas dos meados do século XX

Nos meados do século XX, as organizações camponesas se tornaram mais freqüentes, utilizando modernos meios de comunicação, bem mais eficientes. Assim, após a queda do Estado Novo, quando o Partido Comunista do Brasil esteve por um período na legalidade, tentou organizar os camponeses localizados nas proximidades dos centros urbanos, geralmente produtores de tubérculos, legumes e frutas, em Ligas Camponesas, utilizando métodos cooperativistas na comercialização da produção (Andrade, 1986).

Posteriormente, nos anos cinqüenta, quando o processo capitalista no campo passou a se expandir, e na região açucareira do Nordeste os canaviais foram se estendendo por áreas antes produtoras de alimentos, organizou-se, no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, a associação que popularmente passou a se chamar de Ligas Camponesas; dirigidas por Zezé da Galiléia, que tiveram em Francisco Julião (1963) o seu grande propagador e articulador, dando a elas uma dimensão nacional. Era, sobretudo, um movimento de pequenos produtores, arrendatários ou “foreiros” e posseiros que reivindicavam o direito à propriedade da terra, e tinha como lema “a reforma agrária na lei ou na marra”. Tendo adquirido projeção internacional e grande influência, estendeu sua atuação também aos assalariados rurais, passando, após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, a organizar sindicatos de assalariados agrícolas.

Examinando-se, hoje, os pronunciamentos e as propostas das Ligas Camponesas, veremos que elas tinham alguma inspiração marxista, mas procuravam se apoiar nos dispositivos do Código Civil que, apesar de promulgado em 1915, não vinham sendo aplicados, mas tinha também uma forte fundamentação bíblica.

Quando em Goiás ocorreram lutas entre posseiros e grileiros pela disputa de terras devolutas, a organização deles se efetivou com mais eficiência na região de Trombas e Formoso, sob a liderança do camponês José Porfírio (Moura, 2000).

O Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 1963, permitiu que se desenvolvesse intensa atividade de organização sindical rural, agregando sobretudo trabalhadores assalariados das áreas de domínio da grande lavoura. Partiram, então, para disputar influência na área, o Partido Comunista do Brasil, depois denominado de Partido Comunista Brasileiro, as Ligas Camponesas e a Igreja Católica, sobretudo através de padres comprometidos com a chamada linha progressista.

Esta disputa foi benéfica para os trabalhadores porque tornou a sindicalização rural uma realidade e impediu que os golpistas de 1964 tivessem condições de destruir o movimento sindical, como fizeram com as Ligas Camponesas. No movimento sindical eles atacaram não os sindicatos mas as lideranças mais comprometidas com os interesses do povo, substituindo-as por lideranças preparadas em grande parte pela Igreja; procuraram encaminhar a luta sindical para atividades assistencialistas, neutralizando os litígios rurais; meta que não pôde ser mantida por muito tempo, apesar da promulgação do Estatuto da Terra, que procurou realizar uma reforma agrária conservadora e que garantisse os interesses do latifúndio.

Este Estatuto determinou a criação do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) que séria, posteriormente, integrado ao INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) para formar o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Na filosofia de 1964, uma eficiente política de colonização poderia frear a luta pela reforma agrária, chegando alguns dos seus defensores a afirmar que a reforma agrária nada mais era do que um grande projeto de colonização.

A luta pela reforma agrária e o MST

A repressão militar não conseguiu apagar o movimento camponês e, apesar dela, as várias federações de trabalhadores rurais fundaram a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) reunindo sindicatos rurais, e se formaram numerosos grupos de trabalhadores que lutavam pela reforma agrária, como os estimulados pela CNBB, com a sua Comissão Pastoral da Terra, ligada às Comunidades Eclesiais de Base e apoiada por bispos que se tornaram famosos, como d. Pedro Casaldáliga, d. José Gomes e d. Tomas Balduino.

Bernardo Fernandes (2000) considera que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) teve um período de gestação, de 1979 a 1985, aproveitando uma fase em que o regime militar começava a se deteriorar, e a experiência adquirida pela luta camponesa das décadas de cinquenta, de sessenta e de setenta. Também ele e suas lideranças haviam estudado as lutas anteriores e elaborado uma teoria e uma prática de ação que poderiam ser modificadas no decorrer das lutas, dos desafios que fossem surgindo. E os desafios seriam enormes em face dos compromissos entre o governo e os latifundiários, em face também do poder destes e do controle da política de apropriação das terras devolutas no Centro-Oeste, na Amazônia e até no Sudeste - o Pontal do Paranapanema -, ante as disponibilidades creditícias e à orientação político-econômica neocapitalista, implantada pelos militares e continuada, e até exacerbada, na Nova República.

Não pretendemos fazer uma história do MST, de vez que ela já foi feita por numerosos cientistas sociais, mas salientar características do movimento, expressas em encontro realizado em Cascavel, a 22 de janeiro de 1984, cujos fins eram: lutar pela reforma agrária; lutar por uma sociedade justa, fraterna e acabar com o capitalismo; integrar à categoria dos sem-terra trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários etc; a terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver (Fernandes, 2000/83).

Em sua orientação geral o MST partiu para a ofensiva, sobretudo nos estados do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, invadindo propriedades que julgava improdutivas, com verdadeira

multidão de invasores. Dividiam o processo de tomada da terra em duas fases: a ocupação e o assentamento ou consolidação. Os ocupantes sabiam que não eram previstas as conseqüências da sua ação e muitas vezes conseguiram resolver os problemas através de negociação e em outras foram reprimidos a bala, do que resultavam mortos e feridos.

O MST possuía assessores com formação científica comprovada, como José de Souza Martins e Bernardo Mançano Fernandes, que não se apegaram a princípios teóricos rígidos, mas elaboraram a sua filosofia à base da ação, da prática do trabalho diário. Neste estudo e meditação formaram líderes que muitas vezes são deslocados para diferentes pontos do Território nacional, como ocorre em Pernambuco, com Jorge Amorim, que é catarinense. Também ele evita se transformar em organização religiosa, apesar de receber apoio da CPT, mas sem se integrar a ela, apoio sindical, apesar de receber da CUT, e muito menos político partidário, apesar de suas vinculações com o PT.

Em um país machista como o Brasil, o MST valorizou o trabalho feminino, utilizando a ação das mulheres, fazendo que as companheiras e filhos dos camponeses participem ativamente da ocupação de terras. A integração da família na ação é da maior importância, uma vez que no meio rural a mulher e as crianças acompanham o homem nos trabalhos diários. Esta participação assegura uma formação política e profissional aos jovens.

Convém salientar que o Movimento tem uma visão de totalidade da vida e da sociedade, não dividindo o social, o político e o econômico em compartimentos estanques, mas encarando-os como uma totalidade, de forma integrada. Esta visão do mundo e da vida faz com que haja maior fraternidade entre os companheiros, dentro de cada grupo, e em escala maior, entre os vários grupos. Esta integração não chegou, porém, a impedir que grupos dissidentes ou paralelos se formassem, como o Movimento de Luta Pela Terra, o Movimento Sem-Terra do Sul de Mato Grosso, o Movimento dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Mato Grosso do Sul, a Coordenação da Associação dos Assentados de Mato Grosso do Sul, o Movimento da Terra, o Movimento das Comissões de Luta, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais, o Movimento Camponês de Corumbiara, o Movimento de Libertação dos Sem-Terra, a Liga Operário-Camponesa, o Movimento Brasileiro dos Sem-Terra, o Movimento dos Agricultores Sem-Terra, o Movimento Unificado dos Sem-Terra etc (Fernandes, 2000/257). Há ainda uma série de movimentos sociais isolados no Pontal do Paranapanema, que muitas vezes atuam em aliança com o MST.

O MST, em seus assentamentos, dá prioridade à cultura de produtos destinados para autoconsumo e, em seguida, ao mercado interno, embora também desenvolva a cultura de produtos de exportação e estabeleça indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas, como se pode observar no Quadro I. Assim, até certo ponto, ele pode competir com empresas agroindustriais na atividade produtiva. Na comercialização, o MST dá prioridade absoluta ao sistema cooperativista, onde cada produtor é um cooperativado e, conseqüentemente, tem igual participação na mesma. Para isto, organiza um sistema de acesso ao crédito, demandando, inclusive, o crédito junto aos bancos oficiais, crédito que é fornecido com severas restrições.

Examinando-se o Quadro I, observa-se que as vinte e cinco cooperativas de industrialização da produção agrícola ligadas ao MST dedicam-se a atividades as mais diversas, desde o beneficiamento de produtos agrícolas, pecuários e extrativistas até a de confecções e que, na maioria dos casos, ela visa a comercializar a produção da área em que se situa e certamente abastecer a mesma e as regiões vizinhas. Não há maior preocupação com o mercado externo.

Quanto à distribuição geográfica, ou ao problema da territorialização, há uma maior concentração na região Sul, com 09 cooperativas no Rio Grande do Sul, 05 em Santa Catarina e 05 no Paraná, o que corresponde a 76% delas. Nas demais regiões, o número é bem mais modesto, correspondendo a quatro no Nordeste - uma no Ceará, duas na Bahia e uma em Pernambuco e, no Sudeste, uma no Espírito Santo.

QUADRO I
AGROINDÚSTRIA NOS ASSENTAMENTOS

	COOPERATIVA	MUNICÍPIO/UF	PRODUÇÃO
Beneficiamento de castanha de caju	COPAGLAN	Itarema (CE)	550 Kg/dia
Laticínio	COOPRAUNIÃO	Prado (BA)	13 mil l/dia
Alambique	COOPRAUNIÃO	Prado (BA)	400 l/dia
Beneficiamento de café	COPRAVA	São Mateus (ES)	10 mil sacas/safra
Queijaria	COOPASE	Ribeirão (PE)	60 Kg/dia
Microucina de leite	Assoc. 25 de Maio	S. Miguel do Oeste (SC)	1800 l/dia
Microucina de leite	Assoc. 23 de junho	Cedro (SC)	800 l/dia
Abatedouro de frango	COOPERUNIÃO	Dionísio Cerqueira (SC)	200 frangos/dia
Fábrica de Jeans	COOPERUNIÃO	Dionísio Cerqueira (SC)	1.080 peças mês
Ervateira	Cooperativa Central filial II	Abelardo Luz (SC)	2 toneladas dia
Pasteurização e envasamento de leite	COOPAVI	Paranacity (PR)	4 mil l/dia
Beneficiamento cana-de-açúcar/ açúcar mascavo e cachaça	COOPAVI	Paranacity (PR)	250 Kg/dia e 300 l/dia
Beneficiamento de grão	COAGRI	Nova Laranjeiras (PR)	75 mil sacas capacidade estática
Beneficiamento de grão	COAGRI	Cantagalo (PR)	250 mil sacos safra
Beneficiamento de sementes agroecológicas BIONATUR hortaliças	COPERAL	Hulha Negra (RS)	1 ton./dia
Embutidos e defumados de suínos	COOPAIL	Ibirubá (RS)	12 suínos/dia
Abatedouro de suínos	COOPTAR	Pontão	14 suínos/dia
Ervateira	COOANOL	Sarandi (RS)	2 ton./hora
Resfriador de leite	COOANOL	Sarandi (RS)	17 mil l/dia
Abatedouro de suínos	COOPAN	Nova Santa Rita (SC)	20 suínos/dia
Queijaria	ITERRA	Veranópolis (RS)	15 quilos/dia
Fábrica de conservas e doces	ITERRA	Veranópolis (RS)	10 ton. Matéria- prima/mês
Moinho de trigo	COOMARA	Ronda Alta (RS)	360 quilos/hora

Fonte: Concrab, 1997^a.

Bernardo M. Fernandes. A Formação do MST no Brasil

O MST tem ainda uma grande preocupação com o ensino e a difusão do conhecimento, procurando fundar escolas e dar acesso as mesmas a crianças das assentamentos e aos analfabetos; procura preparar os professores, a fim de que ministrem um ensino que não seja alienado. Esta orientação visa a formar cidadãos que tenham capacidade de assumir a identidade nacional e de melhor compreender a realidade nacional, regional e local.

Consciente da grande diversidade regional do Brasil, quer no plano educacional, quer no âmbito de hábitos e aspirações, assim como da formação da sociedade, o MST procura adaptar sua ação a cada área do País; esta ação quase sempre é combatida pelos latifundiários das áreas onde eles tentam iniciar as suas atividades, o que tem provocado conflitos armados em que vários dos seus líderes, como dos líderes camponeses em geral, têm sido assassinados. Os assassinatos não atingem só os camponeses mas também os militantes que os apóiam, como padres e advogados. Algumas áreas se mantiveram em conflitos constantes, como o famoso “Bico do Papagaio”, no Tocantins, a região de Marabá, no Pará, e em áreas de frentes pioneiras, na Amazônia. Muitas vezes os assassinatos são realizados de forma individual, outras, de forma catastrófica, como ocorreu em Corumbiara, em Rondônia, e em Eldorado dos Carajás, no Pará, cujos criminosos ainda permanecem impunes.

QUADRO II
OCUPAÇÕES DE TERRAS – BRASIL: 1990 - 1994

Região /UF	Nº OCUPAÇÕES	%	Nº FAMÍLIAS	%
NORTE	76	18,05	7.987	10,75
AC	1	0,24	200	0,27
AM	0	0	0	0
AP	0	0	0	0
PA	35	8,31	4.681	6,3
RO	11	2,61	1.863	2,51
RR	0	0	0	0
TO	29	6,89	1.243	1,67
NORDESTE	131	31,11	21.915	29,52
AL	9	2,13	1.431	1,93
BA	26	6,18	7.294	9,82
CE	13	3,09	1.680	2,26
MA	14	3,33	2.531	3,41
PB	10	2,37	775	1,04
PE	28	6,65	4.896	6,59
PI	6	1,42	428	0,57
RN	16	3,8	2.010	2,71
SE	9	2,13	870	1,17
CENTRO-OESTE	71	16,85	9.990	13,45
DF	5	1,19	440	0,59
GO	20	4,75	2.263	3,05
MS	37	8,78	5.880	7,92
MT	9	2,13	1.407	1,89
SUDESTE	52	12,35	16.097	21,68
ES	3	0,71	330	0,44
MG	12	2,85	1.591	2,14
RJ	3	0,71	190	0,26
SP	34	8,08	13.986	18,84
SUL	91	21,61	18.258	24,59
PR	43	10,21	6.980	9,4
RS	29	6,89	9.509	12,81
SC	19	4,51	1.769	2,38
BRASIL	421	99,97	74.247	99,99

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra (UNESP/MST)

Para se ter uma idéia da dinâmica do movimento camponês, é interessante observar os movimentos de ocupação de terras no Brasil, no período de 1990/1999 (Quadros H e IU), onde eles ocorreram em todos os estados do País, com exceção do Amapá. Foram mais numerosos em Pernambuco, Bahia, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. O mesmo fato aconteceu com os assentamentos rurais (Quadro IV, V e VI).

Quanto ao processo de ocupação de terras, no período de 1990/94, observa-se que houve cerca de 421 ocupações, de que participaram 74.241 famílias. Ele foi mais intenso no Nordeste, que contribuiu com 31,11% do total nacional, e menos intenso no Norte, com 18,05%. Os estados que tiveram um maior número de ocupações foram o Paraná com 10,21%, Mato Grosso do Sul com 8,78%, São Paulo com 8,08%, Tocantins com 6,89%, Pernambuco com 6,65% e Bahia com 6,18%.

QUADRO III
OCUPAÇÕES DE TERRAS – BRASIL: 1995 – 1999

REGIÃO/UF	Nº OCUPAÇÕES	%	Nº FAMÍLIAS	%
NORTE	136	7,33	21.204	8,27
AC	10	0,54	540	0,21
AM	6	0,32	2.286	0,89
AP	0	0	0	0
PA	77	4,16	14.006	5,47
RO	21	1,13	3.525	1,37
RR	1	0,05	48	0,02
TO	21	1,13	799	0,31
NORDESTE	755	40,7	97.038	37,83
AL	83	4,48	13.528	5,27
BA	128	6,9	18.660	7,28
CE	22	1,18	2.090	0,81
MA	29	1,56	4.290	1,67
PB	63	3,4	7.751	3,02
PE	308	16,61	35.090	13,69
PI	23	1,23	2.694	1,05
RN	60	3,23	5.913	2,3
SE	39	2,1	7.022	2,74
CENTRO – OESTE	323	17,41	48.155	18,77
DF	11	0,59	1.306	0,51
GO	114	6,14	10.585	4,13
MS	161	8,67	26.172	10,2
MT	37	1,99	10.092	3,93
SUDESTE	359	19,35	44.225	17,24
ES	29	1,56	4.754	1,85
MG	114	6,14	8.091	3,15
RJ	16	0,86	2.564	1,0
SP	200	10,79	28.816	11,24
SUL	282	15,2	45.845	17,88
PR	203	10,94	20.605	8,34
RS	26	1,4	18.009	7,02
SC	53	2,86	7.231	2,82
BRASIL	1.855	99,99	256.467	99,99

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra (UNESP/MST)

No quinquênio 1995/99 o processo se intensificou e ocorreram 1855 invasões no Brasil, feitas por 266.467 famílias. Mais uma vez o Nordeste foi a região que registrou maior número de invasões, correspondendo a 40,70% do total nacional. Se analisarmos os percentuais por estados, veremos que os estados em que ocorreram mais intensos movimentos de invasões foram Pernambuco com 16,51% - convém lembrar que correspondeu a forte período de seca e de crise da agroindústria açucareira - seguido do Paraná com 10,94% e de São Paulo com 10,79%. As percentagens também foram elevadas em Mato Grosso do Sul com 8,67%, Bahia com 6,90% e Goiás, 6,14%.

Em linhas gerais, observa-se que o movimento de ocupação de terras vem se intensificando no País, ora com maior expressão em alguns estados ora em outros, o que indica que a reivindicação pela terra continua a se acentuar e o latifúndio está em uma posição agressiva, mas de defesa.

QUADRO IV
ASSENTAMENTOS RURAIS – BRASIL: 1979 – 1984

REGIÃO/UF	Nº ASSENTAMENTOS	%	Nº FAMÍLIAS	%	ÁREAS (ha)	%
NORTE	3	2,58	11.411	53,05	897.394	73,27
AM	1	0,86	1.385	6,42	689.000	56,26
PA	1	0,86	9.553	44,3	3.999	0,32
RO	1	0,86	503	2,33	204.395	16,69
NORDESTE	54	46,91	4.566	21,15	152.775	12,44
AL	2	1,73	199	0,92	872	0,07
CE	5	4,34	1.038	4,81	31.944	2,6
PB	1	0,86	131	0,6	306	0,02
PI	38	33,04	2.203	10,21	104.435	8,52
RN	7	6,08	902	4,18	13.821	1,12
SE	1	0,86	93	0,43	1.397	0,11
CENTRO-OESTE	3	2,58	221	1,01	85.070	6,93
GO	1	0,86	88	0,4	2.686	0,21
MS	1	0,86	133	0,61	3.812	0,31
MT	1	0,86	?	?	78.572	6,41
SUDESTE	25	21,72	3.033	14,04	60.329	4,91
ES	3	2,6	56	0,25	584	0,04
RJ	11	9,56	1.190	5,51	19.808	1,61
SP	11	9,56	1.787	8,28	39.937	3,26
SUL	30	26,07	2.302	10,66	28.960	2,35
PR	10	8,69	1.484	6,88	14.812	1,2
RS	19	16,52	734	3,4	13.250	1,08
SC	1	0,86	84	0,38	898	0,07
BRASIL	115	99,86	21.563	99,91	1.224.528	99,9

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra (UNESP/MST)

A implantação de assentamentos rurais vem sendo feita com certa lentidão, o que podemos demonstrar ao examinar os quadros IV, V, VI e VII. Assim, no período de 1979/84, época de organização e implantação do MST, o número de assentamentos rurais no Brasil foi muito pouco expressivo, correspondendo a 115 unidades, beneficiando 21.563 famílias e correspondendo à área de 1.224.528 ha.

No quinquênio seguinte, quadro V, o número de assentamentos foi de 615, o de famílias assentadas de 89.350 e a área ocupada de 4.315.762 ha. O Nordeste liderou o número de assentamentos com 189, mas o maior número de famílias assentadas ocorreu no Norte, com 37.992, enquanto a área dos assentamentos correspondeu a 2.533.942 ou 58,71% do total nacional.

O número de assentamentos e de famílias assentadas caiu expressivamente no quinquênio de 1990/94, totalizando, respectivamente, para o Brasil, 478 assentamentos e 65.565 famílias. A área dos assentamentos também foi menos expressiva, correspondendo a 3.843.570 ha. Parece ter havido então um refluxo no avanço da territorialização.

O número de assentamentos e de famílias assentadas caiu expressivamente no quinquênio de 1990/94, totalizando, respectivamente, para o Brasil, 478 assentamentos e 65.565 famílias. A área dos assentamentos também foi menos expressiva, correspondendo a 3.843.570 ha. Parece ter havido então um refluxo no avanço da territorialização.

QUADRO V
ASSENTAMENTOS RURAIS – BRASIL: 1985 – 1989

REGIÃO/UF	Nº ASSENTAMENTOS	%	Nº FAMÍLIAS	%	ÁREAS (ha)	%
NORTE	106	17,23	37.792	42	2.533.964	58,71
AC	10	1,62	1.791	1,99	227.307	5,26
AM	9	1,46	6.066	6,74	561.837	13,01
AP	3	0,48	1.930	2,14	142.000	3,29
PA	33	5,36	16.393	18,22	948.347	21,97
RO	15	2,43	7.150	7,94	294.425	6,82
RR	1	0,16	1.375	1,52	165.000	3,82
TO	35	5,69	3.087	3,43	195.048	4,51
NORDESTE	189	30,73	24.237	26,94	836.693	19,38
AL	5	0,81	297	0,33	3.581	0,08
BA	39	6,34	6.997	7,77	266.387	6,17
CE	43	6,99	3.887	4,32	128.697	2,98
MA	29	4,71	8.859	9,84	339.393	7,86
PB	13	2,11	562	0,62	9.543	0,22
PE	25	4,06	1.151	1,27	17.625	0,4
PI	10	1,62	441	0,49	16.325	0,37
RN	19	3,08	1.577	1,75	44.676	1,03
SE	6	0,97	466	0,51	10.466	0,24
CENTRO – OESTE	73	11,86	13.118	14,58	625.542	14,49
GO	11	1,78	1.025	1,13	73.795	1,7
MS	23	3,73	4.372	4,85	131.868	3,05
MT	39	6,34	7.721	8,58	419.879	9,72
SUDESTE	87	14,44	6.829	7,59	163.842	3,79
ES	21	3,41	698	0,77	8.324	0,19
MG	13	2,11	1.492	1,65	76.540	1,77
RJ	25	4,06	2.312	2,56	27.818	0,64
SP	28	4,55	2.327	2,58	51.160	1,18
SUL	160	26,01	7.374	8,19	155.721	3,6
PR	68	11,05	3.364	3,73	74.010	1,71
RS	46	7,47	2.014	2,23	47.148	1,09
SC	46	7,47	1.996	2,21	34.563	0,8
BRASIL	615	99,97	89.350	99,3	4.315.762	99,97

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra (UNESP/MST)

De 1995 a 1999, porém, houve grande recuperação do tempo perdido no quinquênio anterior, de vez que foram implantados 2.750 assentamentos, onde foram beneficiadas 299.323 famílias, com a ocupação de 13.612.877 ha. Os estados que receberam maior número de assentamentos foram o Pará, no Norte (237), o Ceará (297), no Nordeste, Mato Grosso do Sul (206), no Centro Oeste, Minas Gerais (126), no Sudeste e, finalmente Paraná (109), no Sul.

Processo de territorialização

Pela análise que acabamos de fazer, observa-se que o MST tem uma preocupação nacional e não regional ou local; ele se expandiu por todo o Território nacional, adaptando-se aos desafios e às aspirações das populações dos diversos estados e regiões. Em sua ação, invadindo terras, acampando em beiras de estradas, ocupando prédios públicos e ameaçando autoridades, ele vai conquistando espaços e poder e enfrentando novos desafios. Até que ponto ele vai poder manter fortes alianças com a CPT, sem

QUADRO VI
ASSENTAMENTOS RURAIS – BRASIL: 1990 – 1994

REGIÃO/UF	Nº ASSENTAMENTOS	%	Nº FAMÍLIAS	%	ÁREAS (ha)	%
NORTE	106	22,17	37.130	56,63	2.674.183	69,57
AC	8	1,67	1.493	2,27	85.913	2,23
AM	13	2,71	6.638	10,12	474.390	12,34
AP	1	0,2	450	0,68	33.031	0,85
PA	36	7,53	17.628	26,88	1.222.490	31,8
RO	14	2,92	5.374	8,19	402.386	10,46
RR	2	0,41	3.641	5,55	298.300	7,76
TO	32	6,69	1.906	2,9	157.673	4,1
NORDESTE	186	38,91	14.682	22,39	454.306	11,81
AL	6	1,25	764	1,16	5.246	0,13
BA	13	2,71	1.675	2,55	49.260	1,28
CE	20	4,18	1.274	1,94	36.938	0,96
MA	27	5,64	4.651	7,09	191.622	4,98
PB	26	5,43	994	1,51	7.958	0,2
PE	18	3,76	626	0,95	13.956	0,36
PI	41	8,57	2.827	4,31	110.813	2,88
RN	21	4,39	1.239	1,88	31.606	0,82
SE	14	2,92	632	0,96	6.907	0,17
CENTRO – OESTE	33	6,9	4.817	7,34	551.071	14,33
GO	14	2,92	491	0,74	19.487	0,5
MS	5	1,04	657	1	18.225	0,47
MT	14	2,92	3.669	5,59	513.359	13,35
SUDESTE	46	9,62	3.259	4,97	66.754	1,73
ES	6	1,25	89	0,13	984	0,02
MG	13	2,71	886	1,35	34.389	0,89
RJ	13	2,71	1.024	1,56	6.552	0,17
SP	14	2,92	1.260	1,92	24.829	0,64
SUL	107	22,38	5.667	8,65	97.256	2,53
PR	46	9,62	3.503	5,34	59.145	1,53
RS	52	10,87	1.921	2,92	33.386	0,86
SC	9	1,88	253	0,38	4.725	0,12
BRASIL	478	99,98	65.565	99,98	3.843.570	99,97

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra (UNESP/MST)

se preocupar com a CNBB? Até que ponto vai manter aliança com o PT, partido em fase de ascensão, ou tenderá a dar origem a um novo partido? Até que ponto ele terá apoio da CUT e de outros grupos sindicais sem se transformar em uma organização sindical? Até que ponto ele manterá o nível de simpatia e apoio da classe média urbana sem intranquilizá-la com as perturbações que faz nas cidades, nos momentos em que realiza as suas passeatas e marchas (Stedile e Femandes, 1999 e Chaves, 2000)?

Naturalmente, o aumento do prestígio e da organização do movimento é mais forte em alguns estados, onde há uma tradição de pequena propriedade, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ou onde não há mais terras para a expansão da área agricultável; é forte também em estados, como Pernambuco e Alagoas, onde as melhores terras estão nas mãos dos latifúndios açucareiros, que vivem momentos difíceis, sem poder competir com áreas mais bem dotadas, ou ainda nos estados em povoamento, onde as terras abundantes e devolutas vão sendo ocupadas por grileiros que se dedicam a um processo de ocupação para exploração madeireira, seguido de um período de cultura de soja e de pecuária extensiva. Nestas áreas, à proporção que o povoamento avança, avançam também os conflitos de terra, o desmatamento, a degradação ambiental e os projetos de criação de estados e territórios.

QUADRO VII
 ASSENTAMENTOS RURAIS – BRASIL: 1995 – 1999

REGIÃO/UF	Nº ASSENTAMENTOS	%	Nº FAMÍLIAS	%	ÁREAS (ha)	%
NORTE	490	17,81	98.657	32,96	6.148.016	45,16
AC	39	1,41	7.274	2,43	469.857	3,45
AM	7	0,25	1.294	0,43	52.802	0,38
AP	18	0,65	5.621	1,87	698.479	5,13
PA	237	8,61	56.327	18,81	3.052.952	22,42
RO	44	1,6	10.491	3,5	948.555	6,96
RR	24	0,87	7.080	2,36	453.495	3,33
TO	121	4,4	10.570	3,53	471.876	3,46
NORDESTE	1.369	49,78	114.450	38,23	3.680.691	27,03
AL	37	1,34	3.985	1,33	22.226	0,16
BA	212	7,7	19.168	6,4	611.912	4,49
CE	297	10,8	14.881	4,97	515.102	3,78
MA	295	10,72	39.298	13,12	1.529.659	11,23
PB	110	4	7.031	2,34	89.764	0,65
PE	132	4,8	8.221	2,74	93.482	0,68
PI	132	4,8	10.514	3,51	559.322	4,1
RN	112	4,07	8.576	2,86	220.629	1,62
SE	42	1,52	2.776	0,92	38.595	0,28
CENTRO – OESTE	405	14,72	57.876	19,33	3.033.421	22,28
DF	3	0,1	103	0,03	1.870	0,01
GO	141	5,12	9.494	3,17	353.078	2,59
MS	55	2	8.087	2,7	215.474	1,58
MT	206	7,49	40.192	13,42	2.462.999	18,09
SUDESTE	253	9,2	16.068	5,36	484.126	3,55
ES	23	0,83	1.718	0,57	14.839	0,1
MG	126	4,58	6.969	2,32	319.359	2,34
RJ	12	0,43	1.830	0,61	25.774	0,18
SP	92	3,34	5.551	1,85	124.154	0,91
SUL	233	8,47	12.272	4,09	266.623	1,95
PR	109	3,96	6.708	2,24	146.498	1,07
RS	78	2,83	3.615	1,2	87.431	0,64
SC	46	1,67	1.949	0,65	32.694	0,24
BRASIL	2.750	99,98	299.323	99,97	13.612.877	99,97

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra (UNESP/MST)

A análise dos quadros IV, V e VI, feita com cuidado, dá uma idéia da expansão do processo de reforma agrária, em face do número de assentamentos do MST e de outras entidades como a FETAPE, em territórios antes controlados pelo latifúndio. Seria interessante, ainda, se pensar nas dificuldades políticas e econômicas que os militantes da reforma agrária encontram, obstruindo a sua ação (Martins, 2000).

Acreditamos que o processo de reforma agrária no Brasil está se expandindo lentamente e que o MST e os demais movimentos estão desenvolvendo modelos compatíveis com a reformulação de uma realidade imposta pelo colonizador, faz 500 anos, mantida pela elite dominante e pelas autoridades com ela coniventes, mas que levará o País a uma realidade em que os que trabalham a terra usufruam do seu trabalho e o País evolua de um simples exportador para um país desenvolvido.

Bibliografia

- ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas Camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. Recife: Editora Universitária, 1998.
- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil em suas Drogas e Minas*. São Paulo: Melhoramentos, s/d.
- CABRAL, Oswaldo R. *João Maria (Contestado)*. São Paulo: Editora Nacional, 1960.
- CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre*. Rio de Janeiro: José Olympio, s/d.
- CARNEIRO, Edson. *O Quilombo dos Palmares*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1958.
- CHAVES, Cristine de A. *A Marcha Nacional dos Sem Terra*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 2000.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Maia e Schmidt, 1933.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária, o Diálogo Impossível*. São Paulo: Vozes, 2000.
- MOURA, Clóvis. *Revoltas da Senzala*. Rio de Janeiro: Conquista: 1972.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- MUNIZ, Edmundo. *Canudos. A Guerra Social*. Rio de Janeiro: Elo Editora, 1987.
- NOVOA, Hélio. *Discriminação das Terras Devolutas*. São Paulo: Livraria Editora Universitária de Direito, 2000.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo. A Colônia*. São Paulo: Martins, 1943
- STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente. A Trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- VILA, Marco Antônio. *Canudos; O Campo em Chamas*. São Paulo: Brasiliense, 1992.